

A. I. N° - 232185.0017/20-6
AUTUADO - ENEL GREEN POWER JOANA EÓLICA S.A.
AUTUANTE - MARCOS GOMES LOPES
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ SERTÃO PRODUTIVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 06.02.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0016-05/24-VD**

EMENTA: ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DESTINADOS A CONSUMO E ATIVO FIXO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. A Autuada entendeu ser a infração devida em sua totalidade. Infração Subsistente. 2. MULTA. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. **a)** MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE MULTA; **b)** ENTRADA DE MERCADORIA OU SERVIÇO TOMADO SEM REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. A Autuada não trouxe aos autos documentação capaz de elidir as infrações. Infrações subsistentes. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/03/2020, refere-se à exigência do crédito tributário no valor total de **R\$ 237.183,03**, em decorrência das seguintes irregularidades:

Infração 01 – 06.05.01– Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento. Período autuado março, agosto, outubro e novembro de 2017, julho de 2018, abril, setembro e novembro de 2019. Valor do débito: **R\$ 3.613,97**. Multa 60%.

Enquadramento Legal: Artigo 4º, inciso XV da Lei nº 7.014/96 c/c art. 305, § 4º inciso III, alínea “a” do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.780/12. Multa tipificada no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 02 – 16.01.02 – Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal. **Valor: R\$ 165.453,92**. Período autuado: Janeiro a dezembro de 2015, Janeiro a dezembro de 2016, Janeiro a **novembro de 2017**. Anexo 02.

Enquadramento legal: artigos 217 e 247 do RICMS publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. **Multa: 1%**, prevista no art. 42, inciso IX, da Lei de nº 7.014/96.

Infração 03 – 16.01.06 – Deu entrada no estabelecimento de mercadorias ou serviço sem o devido registro na escrita fiscal. **Valor: R\$ 68.115,14**. Período autuado: **dezembro de 2017**, Janeiro a dezembro de 2018, Janeiro a **novembro de 2019**. Anexo 02.

Enquadramento legal: artigos 217 e 247 do RICMS publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. **Multa: 1%**, prevista no art. 42, inciso IX, da Lei de nº 7.014/96.

A Autuada apresentou impugnação, através de e-mail, por meio de representante, à fl. 18, e documentação comprobatória às folhas 19 a 31, protocolizada na CORAP SUL/PA GUANAMBI na data de 14/10/2020 (fl. 15).

Em seu arrazoado a Autuada iniciou sua impugnação aduzindo que considerando o Auto de Infração de nº 232185.0017/20-6 em anexo, emitido por esta SEFAZ/BA contra a Autuada, conforme entendimentos mantidos, encaminhamos em anexo o arquivo “**Tabela Valores Auto SEFAZ/BA x Valores Considerados devidos pela ENEL**”, comparando o valor histórico calculado no Auto com os valores que entendemos serem devidos.

A infração de nº 01 – 06.05.01, entendemos ser devida em sua totalidade.

As infrações de nº 02 – 16.01.02 e de nº 03 -16.01.06, entendemos serem parcialmente devidos, pois há notas que foram escrituradas, mas não foram consideradas como tal na autuação. Consideramos na base de cálculo o valor total das Notas que realmente foram escrituradas no período, marcando em amarelo na nossa planilha.

Finalizou solicitando o envio do DAE para pagamento, considerando como valor total histórico de **R\$ 130.421,83**.

O Autuante prestou Informação Fiscal às folhas 33 a 34, inicialmente descrevendo um resumo do lançamento do crédito tributário e em seguida dedicou-se a trilhar sobre a impugnação onde preliminarmente informou que a Autuada concordou com o exigido na Infração 01, inclusive tendo realizado o pagamento, e em relação às infrações 02 e 03 em resumo assim dispostas pela Autuada:

*“1 – **Que entende as infrações são parcialmente devidas.***

*2 – **Que há notas fiscais elencadas que foram regularmente escrituradas.***

*3 – **Que anexa planilha com retificação por marcação em amarelo.***

*4 – **Que, em informação apensada em CD anexo à folha 31, informa como prova Documento 5 o livro registro de entradas.***

*5 – **Que já pagou o montante reconhecido conforme extratos SIGAT apensos.** “*

Informou que:

*“1 – **A escrituração fiscal digital foi confrontada com as notas fiscais eletrônicas mediante a ferramenta SIAF que apontou as notas fiscais não escrituradas que compõem o anexo 02 apenso ao CD anexo à folha 09 deste PAF.***

*2 – **Ao examinar a manifestação de defesa inserta às folhas 16 a 30 deste PAF e o CD apenso à folha 31 não se localizou a citada planilha nem o livro registro de entradas.***

*3 – **Assim, o Contribuinte não fez prova de suas alegações, contrariando o disposto no § 5º do art. 123 do RPAF.**”*

Finalizou opinando pela PROCEDÊNCIA TOTAL da ação fiscal.

Em sessão de Pauta Suplementar ocorrida na data de 14 de dezembro de 2021 a 5ª JJF decidiu converter o feito em diligência (fls. 36 e 37) para intimar a Autuada, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para que possa apresentar o arquivo **DOC. 5 Livro de Registro de Entradas.zip** enviado por esta, quando de sua defesa, através do e-mail corporativo da SEFAZ, na data de 14/10/2020 – quarta-feira (fl. 16) e que **não fora inserido no CD da Defesa (fl. 31) e nem acostado aos autos**, a fim de que o mesmo seja objeto de apreciação do Autuante e posterior Informação Fiscal, tendo em vista verificado pela Relatoria troca de correspondências através de e-mail entre a Autuada e prepostos onde aparenta constar **anexado em forma de arquivo zipado, na extensão .zip**, o **referenciado Doc5 Livro de Registro de Entradas**, conforme dito pela Autuada trazido em sua Impugnação, **o qual não fora extraída a documentação e acostada ao presente Auto e nem fora objeto de apreciação do Autuante.**

Verificado que a Autuada fora intimada (fl. 43) através do Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e na data de 17/11/2022 para apresentar o arquivo **Doc5 Livro de Registro de Entradas.zip** enviado através do e-mail corporativo da SEFAZ na data de 14/10/2020 e não fora acostado aos autos, tendo sido consignado ciência tácita com emissão de certificado na data de 23/11/2022 (fl. 44), mantendo a Autuada silente.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente constato que o presente Processo Administrativo Fiscal está revestido das formalidades legais no que preceitua o RPAF/99, onde não foi constatada violação ao devido processo legal, sendo os impostos, as multas e suas bases de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, não ensejando qualquer outra produção de prova na forma do que dispõe o art. 147, inciso I, alínea “a” do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629 de 09/07/99.

O presente Auto de Infração, em epígrafe, exige da Autuada ICMS no valor histórico de **R\$ 237.183,03**, acusando o cometimento de 03 (três) infrações, sendo que da análise dos demonstrativos e documentos que as instruem, da impugnação (fls. 16 a 25) e da informação fiscal (fls. 33 a 34) é possível chegar-se às seguintes conclusões.

Com relação à **infração de nº 01 (06.05.01)** de deixar de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento, no montante de **R\$ 3.613,97**, a Autuada reconhece ser devida em sua totalidade – **Infração de nº 01 - Procedente.**

No que diz respeito à **infração de nº 02 (16.01.02)** de **dar entrada no estabelecimento** de mercadorias não tributáveis **sem o devido registro** na escrita fiscal, no montante de **R\$ 165.453,92**, a Autuada, no CD da Defesa (fl. 31) e acostado aos autos (fls. 23 e 24) dispõe uma planilha (**Tabelas Valores Auto SEFAZ-BA x Valores Considerados devidos pela ENEL**) onde realizou a retirada de valores permanecendo aqueles que a Autuada considera serem devido, no montante de **R\$ 112.658,83**, sem mencionar quais notas fiscais foram consideradas como registradas na sua escrita fiscal, nem tão pouco indicar a qual mês de competência elas foram registradas. Ressalta-se que a Autuada fora intimada através de diligência em seu DT-e na data de 17/11/2022 para apresentar o arquivo Doc5 Livro de Registro de Entradas.zip entretanto a mesma permaneceu silente quanto à solicitação.

De mais a mais o levantamento efetuado pelo Autuante se fez nas Escriturações Fiscais Digitais – EFDs da Autuada tendo o feito sido compilado no Anexo 02 do CD acostado à folha 09, donde se especifica detalhado as Notas Fiscais destinadas à Autuada não identificadas em suas EFDs mês a mês de ocorrência.

TABELA DA AUTUANTE

Infração 02 - 16.01.02

Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) não tributável (s)
sem o devido registro na escrita fiscal.

Data Ocorrência	Data Vencido	Base de Cálculo (R\$)	Aliq. %	% Multa	Valor Histórico
31/01/2015	09/02/2015	49.470,00		1	494,70
28/02/2015	09/03/2015	571.449,60		1	5.714,50
31/03/2015	09/04/2015	528.191,61		1	5.281,92
30/04/2015	09/05/2015	1.226.405,49		1	12.264,05
31/05/2015	09/06/2015	1.015.185,05		1	10.151,85
30/06/2015	09/07/2015	3.544,44		1	35,44
31/07/2015	09/08/2015	346.501,53		1	3.465,02
31/08/2015	09/09/2015	33.486,45		1	334,86
30/09/2015	09/10/2015	34.418,71		1	344,19
31/10/2015	09/11/2015	64.510,97		1	645,11
31/12/2015	09/01/2016	31.496,45		1	314,96
31/01/2016	09/02/2016	957.348,13		1	9.573,48
29/02/2016	09/03/2016	285.548,49		1	2.855,48
31/03/2016	09/04/2016	315.141,87		1	3.151,42

TABELA DA AUTUADA

Infração 02 - 16.01.02

Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) não tributável (s)
sem o devido registro na escrita fiscal.

Data Ocorrência	Data Vencido	Base de Cálculo (R\$)	Aliq. %	% Multa	Valor Histórico
31/01/2015	09/02/2015	49.470,00		1	494,70
28/02/2015	09/03/2015	571.449,60		1	5.714,50
31/03/2015	09/04/2015	528.191,61		1	5.281,92
30/04/2015	09/05/2015	1.226.405,49		1	12.264,05
31/05/2015	09/06/2015	1.015.185,05		1	10.151,85
30/06/2015	09/07/2015	3.544,44		1	35,44
31/07/2015	09/08/2015	346.501,53		1	3.465,02
31/08/2015	09/09/2015	33.486,45		1	334,86
30/09/2015	09/10/2015	34.418,71		1	344,19
31/10/2015	09/11/2015	64.510,97		1	645,11
31/12/2015	09/01/2016	31.496,45		1	314,96
31/01/2016	09/02/2016	957.348,13		1	9.573,48
29/02/2016	09/03/2016	285.548,49		1	2.855,48
31/03/2016	09/04/2016	315.141,87		1	3.151,42

30/04/2016	09/05/2016	1.273.446,19		1	12.734,46
31/05/2016	09/06/2016	279.339,30		1	2.793,39
30/06/2016	09/07/2016	507.775,87		1	5.077,76
31/07/2016	09/08/2016	265.414,01		1	2.654,14
31/08/2016	09/09/2016	148.678,68		1	1.486,79
30/09/2016	09/10/2016	427.047,25		1	4.270,47
31/10/2016	09/11/2016	358.502,55		1	3.585,03
30/11/2016	09/12/2016	716.426,38		1	7.164,26
31/12/2016	09/01/2017	405.121,18		1	4.051,21
31/01/2017	09/02/2017	409.032,30		1	4.090,32
28/02/2017	09/03/2017	534.133,18		1	5.341,33
31/03/2017	09/04/2017	455.083,24		1	4.550,83
30/04/2017	09/05/2017	4.423,51		1	44,24
31/05/2017	09/06/2017	1.564,09		1	15,64
31/07/2017	09/08/2017	2.847,38		1	28,47
31/08/2017	09/09/2017	492.488,37		1	4.924,88
30/09/2017	09/10/2017	5.685,72		1	56,86
31/10/2017	09/11/2017	2.500.241,54		1	25.002,42
30/11/2017	09/12/2017	2.295.442,38		1	22.954,42
					165.453,90

30/04/2016	09/05/2016	1.245.099,39		1	12.450,99
31/05/2016	09/06/2016	158.066,58		1	1.586,67
30/06/2016	09/07/2016	507.775,87		1	5.077,76
31/07/2016	09/08/2016	263.804,85		1	2.638,05
31/08/2016	09/09/2016	148.678,68		1	1.486,79
30/09/2016	09/10/2016	427.047,25		1	4.270,47
31/10/2016	09/11/2016	358.502,55		1	3.585,03
30/11/2016	09/12/2016	716.426,38		1	7.164,26
31/12/2016	09/01/2017	405.121,18		1	4.051,21
31/01/2017	09/02/2017	0,00		1	0,00
28/02/2017	09/03/2017	534.133,18		1	5.341,33
31/03/2017	09/04/2017	454.080,88		1	4.540,81
30/04/2017	09/05/2017	0,00		1	0,00
31/05/2017	09/06/2017	1.127,32		1	11,27
31/07/2017	09/08/2017	0,00		1	0,00
31/08/2017	09/09/2017	131.912,12		1	1.319,12
30/09/2017	09/10/2017	0,00		1	0,00
31/10/2017	09/11/2017	282.830,84		1	2.828,31
30/11/2017	09/12/2017	167.976,67		1	1.679,77
					112.658,83

Do deslindado entendo que a Autuada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia e mantenho a infração. **Infração de nº 02 - Procedente.**

Revela-se a mesma situação em relação à **infração de nº 03 (16.01.06) de dar entrada no estabelecimento** de mercadorias ou serviço sem o devido registro na escrita fiscal, no montante de **R\$ 68.115,14**, donde a Autuada, no CD da Defesa (fl. 31) e acostado aos autos (fls. 23 e 24) confeccionou uma planilha (**Tabelas Valores Auto SEFAZ-BA x Valores Considerados devidos pela ENEL**) onde realizou a retirada de valores permanecendo aqueles que a Autuada considera serem devido, no montante de **R\$ 14.149,04**, sem mencionar quais notas fiscais foram consideradas como registradas na sua escrita fiscal, nem tão pouco indicar em qual mês de competência elas foram registradas.

TABELA DA AUTUANTE

Infração 03 - 16.01.06

Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal.

Data Ocorrência	Data Vencido	Base de Cálculo (R\$)	Aliq. %	% Multa	Valor Histórico
31/12/2017	09/01/2018	493.172,14		1	4.931,72
31/01/2018	09/02/2018	504.088,61		1	5.040,89
28/02/2018	09/03/2018	2.513.147,15		1	25.131,47
31/03/2018	09/04/2018	354.226,33		1	3.542,26
30/04/2018	09/05/2018	376.502,02		1	3.765,02
31/05/2018	09/06/2018	368.813,07		1	3.688,13
30/06/2018	09/07/2018	391.873,83		1	3.918,74
31/07/2018	09/08/2018	294.679,78		1	2.946,80
31/08/2018	09/09/2018	265.361,25		1	2.653,61
30/09/2018	09/10/2018	9.122,42		1	91,22
31/10/2018	09/11/2018	45.785,45		1	457,85
30/11/2018	09/12/2018	277.647,54		1	2.776,48

TABELA DA AUTUADA

Infração 03 - 16.01.06

Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal.

Data Ocorrência	Data Vencido	Base de Cálculo (R\$)	Aliq. %	% Multa	Valor Histórico
31/12/2017	09/01/2018	144.227,38		1	1.442,27
31/01/2018	09/02/2018	143.492,36		1	1.434,92
28/02/2018	09/03/2018	143.998,04		1	1.439,98
31/03/2018	09/04/2018	0,00		1	0,00
30/04/2018	09/05/2018	232.369,95		1	2.323,70
31/05/2018	09/06/2018	0,00		1	0,00
30/06/2018	09/07/2018	28.570,64		1	285,71
31/07/2018	09/08/2018	55.520,32		1	555,20
31/08/2018	09/09/2018	32.991,30		1	329,91
30/09/2018	09/10/2018	9.122,42		1	91,22
31/10/2018	09/11/2018	45.785,45		1	457,85
30/11/2018	09/12/2018	45.277,59		1	452,78

31/12/2018	09/01/2019	269.816,81		1	2.698,17
31/01/2019	09/02/2019	44.567,17		1	445,67
28/02/2019	09/03/2019	2.511,92		1	25,12
31/03/2019	09/04/2019	22.774,62		1	227,75
30/04/2019	09/05/2019	20.389,88		1	203,90
31/05/2019	09/06/2019	17.569,57		1	175,70
30/06/2019	09/07/2019	172.044,62		1	1.720,45
31/07/2019	09/08/2019	16.308,73		1	163,09
31/08/2019	09/09/2019	6.178,59		1	61,79
30/09/2019	09/10/2019	138.666,56		1	1.386,67
31/10/2019	09/11/2019	69.574,01		1	695,74
30/11/2019	09/12/2019	136.712,03		1	1.367,12
					68.115,16

31/12/2018	09/01/2019	45.254,99		1	452,55
31/01/2019	09/02/2019	44.567,17		1	445,67
28/02/2019	09/03/2019	2.511,92		1	25,12
31/03/2019	09/04/2019	22.774,62		1	227,75
30/04/2019	09/05/2019	17.513,57		1	175,14
31/05/2019	09/06/2019	11.907,69		1	119,08
30/06/2019	09/07/2019	164.126,14		1	1.641,26
31/07/2019	09/08/2019	10.515,00		1	105,15
31/08/2019	09/09/2019	0,00		1	0,00
30/09/2019	09/10/2019	137.091,98		1	1.370,92
31/10/2019	09/11/2019	64.470,54		1	644,71
30/11/2019	09/12/2019	12.814,81		1	128,15
					14.149,04

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo o servidor competente homologar os valores já pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração de nº 232185.0017/20-6, lavrado contra

ENEL GREEN POWER JOANA EÓLICA S.A. devendo ser intimado o Autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.613,97**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigações acessórias totalizando o valor de **R\$ 233.569,06**, previstas no art. 42, inciso IX do citado dispositivo legal, com os acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei de nº 9.837/05, devendo o setor competente homologar os valores comprovadamente recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 31 de janeiro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - JULGADOR